

CUT Nacional estuda como enfrentar pacote

No próximo dia 29, a CUT Regional vai promover uma Plenária de entidades sindicais e do movimento popular para discutir a posição dos trabalhadores frente as medidas do Plano Collor. A plenária será no auditório da ACM, na Gerônimo Coelho ao lado do *Turing* às 19 horas. A CUT Nacional já andou discutindo exaustivamente o assunto nos dias 17 e 18 em São Paulo. Ao mesmo tempo, a Globo vendia para seus telespectadores os mais variados aspectos bons do Plano, sem mencionar o projeto neo-liberal que ele objetiva e que será atacado pela CUT.

Na CUT Nacional foi lembrado que o pacote não ataeou causas importantes da inflação, como a dívida externa e a concentração de renda. É certo que vai ocorrer recessão e conseqüentemente desemprego. Para os salários o pacote prevê a consolidação de perdas passadas com direito a perdas presentes, que ainda não foram calculadas.

Quem participa da ciranda financeira é taxado, o trabalhador por sua vez, colabora com a perda salarial que segundo Collor, só vai poder ser obtida via negociação. Se a pré-fixação do reajuste salarial, ficar acima da inflação menos mal, fica por conta das perdas passadas, que não são poucas. Para quem ganha salário mínimo a antiga política salarial era bem melhor. Agora a cada três meses será concedido um ganho real de 5%, e os reajustes serão concedidos de acordo com uma cesta básica ainda não definida.

Querendo analisar pontualmente muitas questões ainda não possuem respostas — ninguém sabe qual será a reação dos atingidos pelo confisco, nem como ficará a qualidade de vida da população, mas é certo que os caminhos não tem volta. Collor mesmo dizia, só tem uma bala, e ele já a usou. Caso a maior intervenção do Estado que se tem notícia não dê certo, será o caos. Caso ande tudo bem, será neo-liberalismo pela frente.



O "day after"

Delman Ferreira

Sec. CUT Nacional e Vice-pres. SINERGIA

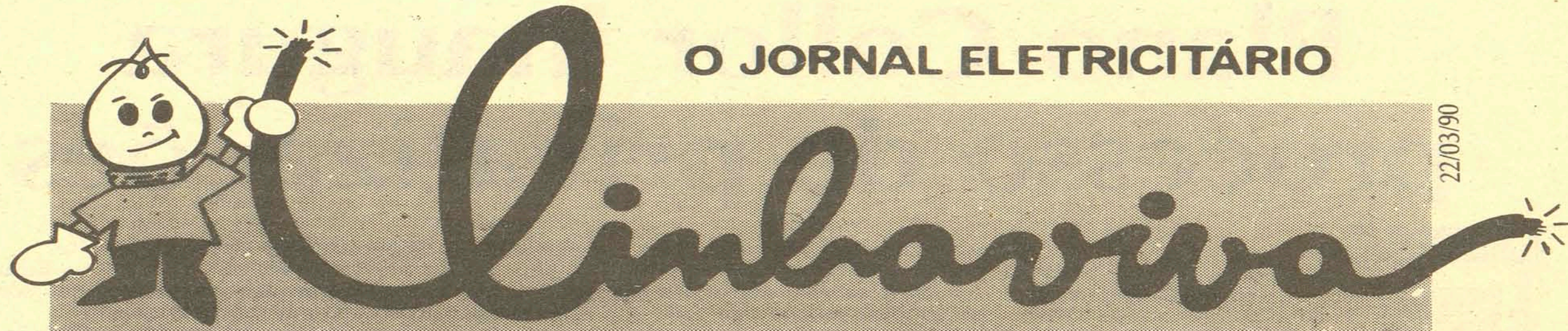
Uma coisa é analisar as medidas econômicas de Collor de forma isolada, pensando na imediatidade da causa e do efeito. Outra coisa é debruçar-se sobre elas colocando-as em um contexto político, onde combate à inflação e à especulação ficam sendo coisa pequena se for considerado que está em jogo a aplicação de um projeto de desenvolvimento para a sociedade.

As medidas do novo Governo atacam, ou pretendem atacar as causas aparentes e mais profundas de uma crise gerada por uma sucessão de políticas que privilegiaram o capital e a acumulação capitalista. É claro que as medidas de Collor não foram capazes de sequer questionar a dívida externa (que efetivamente tem a ver com a inflação), ao contrário, abriu o país para o capital externo.

O que queremos dizer é que o que mais interessa ao novo Governo não é o resultado do pacote por si só. Collor está de olho no "day after", que este pacote pode lhe render. Trocando em miúdos, ele está preocupado com as eleições de outubro/novembro, que podem ou não dar a ele as condições plenas para implantar no Brasil um modelo de desenvolvimento neo-liberal.

O neo-liberalismo é o império das leis de mercado, o verdadeiro "quem pode mais chora menos". Os neo-liberais, por exemplo, não aceitam existência de empresas estatais — privatização é uma questão chave para eles. A atenção de Collor é para um modelo de Estado, e diante disso ter ou não inflação é uma coisa muito pequena.

Por isso, as análises do Plano Econômico devem ir bem mais longe do "vai dar certo?" Para o Collor o que importa não é o Plano, mas o que ele pode tirar dele num futuro bem próximo.



Intersindical Eletricitários SC

JORN. RESP. DRT/RS 6166

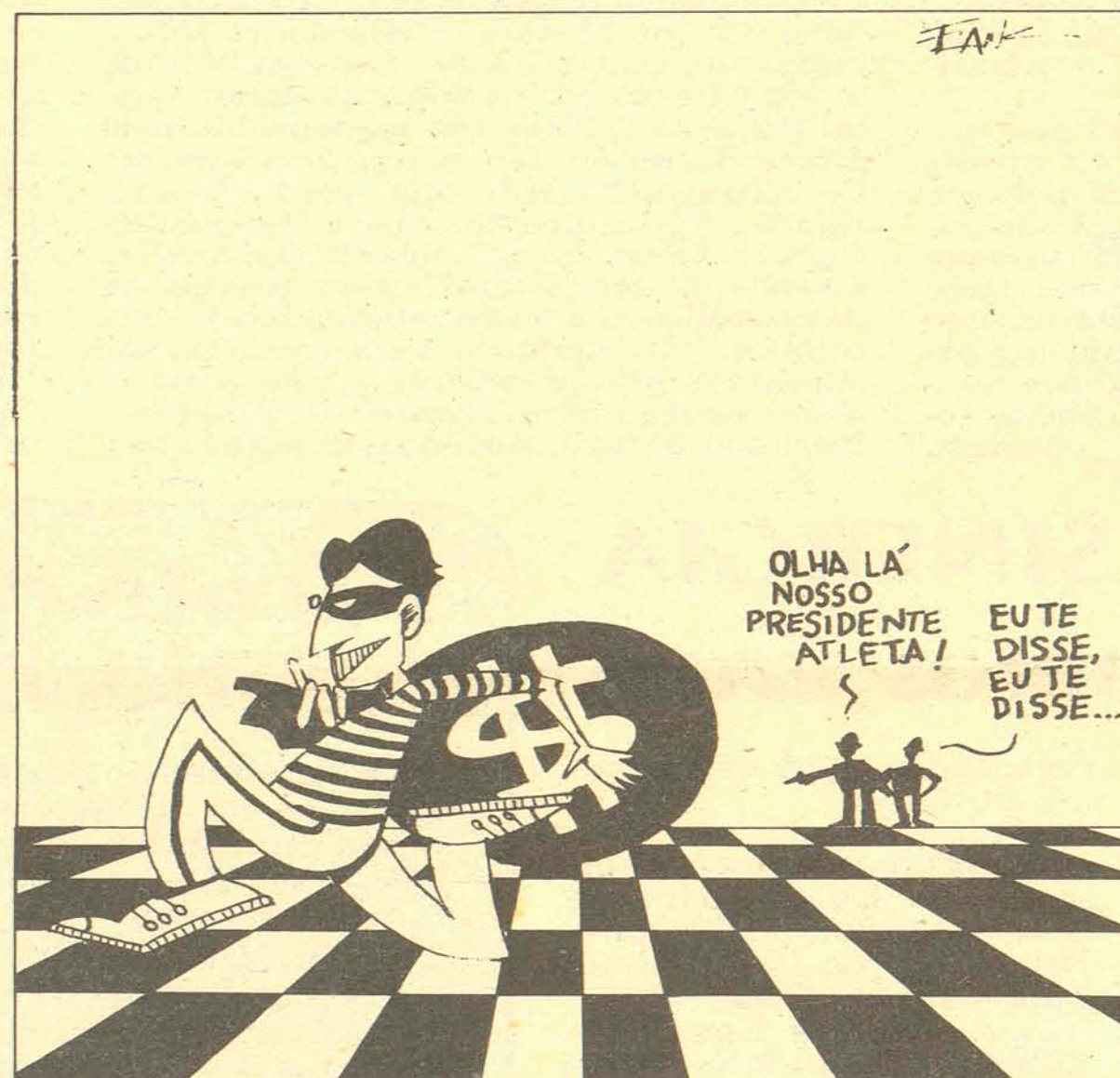
Nº 90

22/03/90

Plano Collor traz recessão e abre portas ao capital externo

Às 18 horas do dia 19, a nova e a velha diretoria do Sindicato de Florianópolis, a diretoria da APROSUL e os representantes sindicais da CELESC e da ELETROSUL participaram de uma reunião no SINERGIA. O assunto não podia ser outro: Plano Econômico. A proposta de Collor de Mello foi analisada sob três aspectos — o político, o econômico e o jurídico.

O secretário geral da CUT Nacional, Delman Sérgio Ferreira, colocou a posição da Central Sindical discutida no último final de semana em São Paulo. A CUT entende que os trabalhadores não podem se limitar a um exame pontual do pacote. É preciso ver as medidas como um todo que atendem a um objetivo — a implementação do projeto neo-liberal e, a mais curto prazo, a vitória nas eleições de outubro.



Clóvis Scherer, do DIEESE



Delman Ferreira participou da reunião da CUT

O economista da subseção do DIEESE, Clóvis Scherer, partiu de uma rápida descrição do contexto pré-pacote, para a enumeração de suas falhas. Para o DIEESE o Brasil já vivia, desde o dia 11 de março, a hiperinflação, com remarcações desesperadas, corrida aos bancos, queda na produção industrial e desemprego. O Plano Collor chegou nesta situação e mexeu nas quatro áreas econômicas. Na parte da política monetária o confisco gerado pela Medida Provisória retirou muito dinheiro de circulação, aproximadamente 115 bilhões de dólares e deu um prazo de 18 meses para o início do pagamento da dívida interna. Esse confisco permitiu que o Estado retivesse novamente o controle da política monetária.

O FIM

A política fiscal também foi afetada pelo Plano. Uma parcela significativa da ciranda financeira foi tributada: são impostos sobre grandes fortunas, sobre ativos financeiros de 8 a 35% e de 25% para resgate dos fundos ao portador. Essas medidas entre ou-

tras, declaram o fim do setor informal da economia, que não possui condições de arcar com os custos tarifários. Ainda para aumentar a receita, Collor propõe a demissão de empregados públicos, redução de gastos, venda de imóveis e privatização. Tais medidas podem até diminuir o déficit público, só não fica garantido que acabará com a inflação.

O DIEESE também alertou para os riscos da nova política cambial. Agora o mercado atua livremente, de acordo com a oferta e a procura. Mercados assim são muito atrativos para o capital internacional. O risco é que capitais externos fortes assim como vem se vão, e quando deixam um país causam sérias destabilizações na economia. A Argentina é um exemplo recente. Eles ainda podem arrazar com a indústria nacional, trazendo mais desemprego.

O Advogado Mário Müller falou sobre a questão jurídica do Plano Collor e acabou não tendo muito o que dizer: "A Constituição não é clara, depende da interpretação". Já existem, no entanto, duas liminares favoráveis a liberação do dinheiro confiscado, no Rio de Janeiro. Infelizmente elas vão esbarrar na determinação de Collor para o Judiciário — não pode ser acatada nenhuma ação que seja contra qualquer ponto do Plano.

DEBATE

Já passavam das oito horas quando iniciou o debate na reunião no SINERGIA. Só então foi possível fazer, em conjunto, um levantamento das falhas da Medida Provisória. A primeira delas é a total desconfiança nas instituições financeiras, gerada pelo confisco; agravado com o fim do setor informal do desemprego o aumento de preços gerados pelo fim dos subsídios, principalmente no setor agrícola. E ainda tudo leva a crer que, como aconteceu no Cruzado, a polícia não vai fiscalizar preços e finalmente a privatização não vai garantir o fim do déficit público.

Plano Collor inaugura processo de privatizações



Desde que foi lançado o Plano de Ajuste do novo governo, as atenções de todos têm se voltado para o "confisco" das aplicações financeiras e dos saldos bancários.

É inegável o efeito desta medida sobre o cotidiano de todos, não só dos especuladores. A mídia escolheu como enfoque insistir nos detalhes do Plano, evitando debater o conjunto e a direção que podem tomar as medidas a longo prazo. Resumir-se às questões imediatas é promover uma alteração de qualidade no processo político que desenrolava desde a campanha eleitoral, fazendo com que os meios justifiquem os fins, sem que estes sejam claros. A privatização é um exemplo.

A privatização — conhecida por desestatização no jargão "colloido" — é o núcleo da reforma patrimonial colocada pelo governo como necessária a superação da crise. Por ela o governo viria a reduzir suas dívidas interna e externa, trocando-as pelo controle acionário das estatais. Mais do que isto, a privatização redimensionaria o papel do Estado na economia brasileira, centrando-o no atendimento das carências sociais da população como saúde, educação

saneamento, habitação. Aqui, podemos levantar questionamentos centrais:

— Será correto que a privatização de um patrimônio construído com os impostos de toda sociedade venha a legitimar e pagar dívidas muitas vezes espúrias, que beneficiaram um grupo reduzido de empresários e especuladores?

— Ao ser retirada a atual importância que o Estado possui na produção estaria aberta a possibilidade de que crises cíclicas retroajam nos serviços sociais do governo, destruindo a qualidade de vida da população?

— Quem ocupará o lugar do Estado?

— Os empresários cumprirão sua parte?

QUALQUER UMA

O Programa Nacional de Desestatização, como está na Medida Provisória nº 155, é altamente centralizador. Por esta Medida a privatização pode atingir qualquer estatal cujas atividades sob responsabilidade direta da união não sejam previstas na Constituição Federal (como produção e refinação de petróleo, correios e telecomunicações). Quem decide em última análise a venda de uma estatal seria o presidente da república com o aconselhamento de uma comissão. Os membros desta comissão são nomeados pelo presidente e não contemplam sequer representantes do Congresso Nacional. É fácil, portanto, levantar ques-

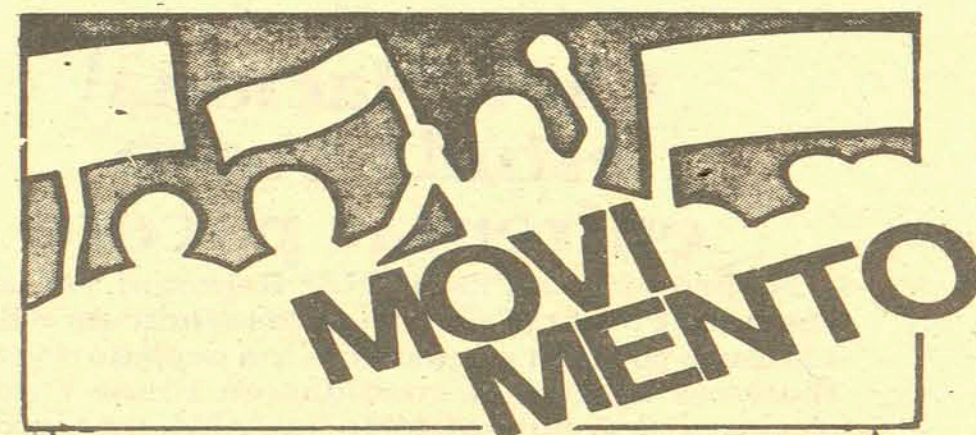
tionamentos sobre este aspecto:

— A redefinição do papel do Estado não exige um amplo debate nacional, com a discussão das leis do Congresso?

— Caso o conjunto da sociedade decida pela privatização, não é necessário o controle pelo Congresso, de modo a haver também a socialização da reponsabilidade pelos seus resultados?

DÚVIDAS

Alguns outros detalhes da Medida Provisória nº 155 são duvidosos. Os recursos, serão utilizados, quase exclusivamente, para quitar a dívida pública, destinando-se diretamente ao capital. O valor das vendas levará em conta, unicamente, a possibilidade de lucros futuros, e de nenhuma forma terá relação com o patrimônio real das estatais. Não existem critérios que limitem a compra por estrangeiros, só o "justo interesse do país". Nem mesmo a pulverização das ações das estatais vendidas, a que se reputa a democratização do capital, não está assegurado, tanto na medida provisória, quanto pelas condições de grande concentração da renda no país. Assim o que está vigorando com esta Medida Provisória, acaba conferindo prejuízos ao patrimônio público. Esta lei, ainda pode ser um apoio a mais no longo processo de concentração do capital e da renda no país.



Barragens

"O domínio imperialista e a questão energética." Foi este o tema do seminário realizado pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB). Mais de cem lideranças de atingidos por barragens estiveram em Chapeco para discutir alternativas energéticas que não afetem a vida do homem e o meio ambiente. Um dos pontos centrais da discussão foi o Plano 2010 da ELETROBRAS. Foi aprovado um plano de lutas para exigir a concretização e mudanças no Setor Elétrico.

Magistério

Embora o estatuto do magistério determine a realização de concurso de dois em dois anos, apenas após cinco anos o Governo do Estado cumpriu Lei. As provas foram feitas, o resultado divulgado, mas ainda não há data para a chamada dos aprovados. Esta situação está causando revolta e mobilização entre os professores da rede estadual que exigem um levantamento completo do quadro atual e das necessidades de novas vagas. O movimento está sendo liderado pelo SINTE.

Eleição no SINERGIA já tem números finais

Conforme informamos na edição anterior, nos dias 12, 13 e 14 foi eleita a nova diretoria do SINERGIA. Apesar de haver apenas uma chapa concorrendo o "quorum" da votação foi garantido com 2.673 votantes, dos quais 2.514 foram para a chapa, contra 137 brancos e 22 nulos.

Nos mesmos dias foram eleitos os representantes sindicais na ELETROSUL, e os resultados parciais foram divulgados parcialmente. Vejamos os

resultados com os números finais.

Na sede os representantes serão Luiz Carlos de Souza (839 votos), Antônio Dario Neves (754), João José Cascaes Dias (746) e Aloysio Celsus Egewarth (528), e os suplentes serão Sebastião Vito Meurer (425) e José Antônio de Souza (286). No Sertão do Imaruí foram eleitos Lindomar da Silva Itamaro (68) como titular e Fernando José Seabra (48) como suplente.

Pacote descapitalizou entidades sindicais

O confisco promovido pelo plano econômico atingiu de cheio as finanças dos sindicatos. A maioria das entidades tinha seus recursos — que geralmente já não são muitos — em contas remuneradas, complicando totalmente a administração.

Muitos projetos fizeram um vôo sem escalas para o fundo

das gavetas. Inclusive conquistas, como o próprio LINHA VIVA passam a correr risco de inviabilidade, em função da total descapitalização das entidades.

Estas questões deverão ser profundamente discutidas pela categoria, pois afinal, é a organização da categoria que está em jogo.

INTERSUL vai divulgar resoluções do I Congresso

As resoluções do I Congresso dos Eletricistas do Sul do Brasil serão distribuídas para todos os eletricistas da região sul e para diversas entidades populares e sindicais. Este fato, que a princípio parece normal para qualquer congresso, ganha uma dimensão muito maior se for levado em conta o conteúdo de tais resoluções.

A análise da situação das estatais e as propostas

aprovadas no sentido de defender tais empresas dão ao material, cuja reprodução está sendo providenciada, um peso político considerável. Este fato reflete a própria importância que o evento adquiriu, lançando com energia um grito de defesa das estatais.

Além da reprodução das resoluções, está sendo preparado um vídeo compacto do Congresso.

CELESC não apresentou contraproposta à pauta

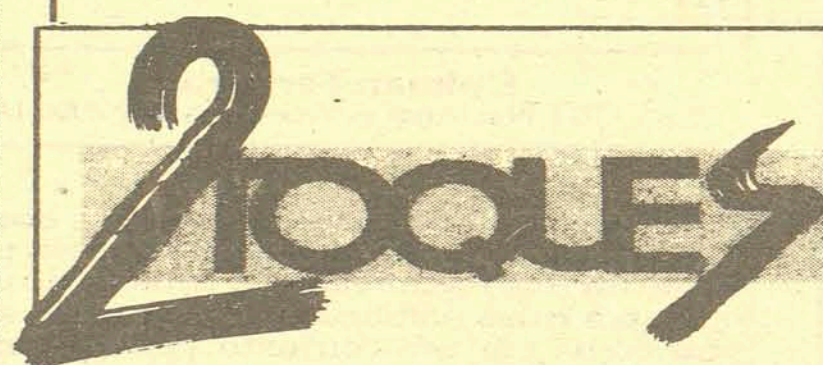
Até o momento a CELESC não se pronunciou sobre as reivindicações apresentadas a ela pela Intersindical. Apesar da Empresa ter solicitado uma proposta dos sindicatos, ela não respondeu nem apresentou contraproposta.

Diante desta situação, a Intersindical, mais uma vez, vai tomar a iniciativa e procurar a diretoria da CELESC para discutir a situação dos salários e outras pendências

trabalhistas.

É lamentável o silêncio da Empresa em um momento em que, com os salários corroídos, os celesquianos vivem uma grande aflição pela recuperação de seu poder de compra.

Hoje (quinta-feira) a Intersindical vai se reunir para debater os encaminhamentos relativos às negociações com a CELESC.



1. Na campanha, Collor atacou várias vezes o seu adversário dizendo que este iria "dar o calote na dívida interna e mexer na poupança". Ironicamente estas foram as duas primeiras medidas econômicas no novo presidente. Para quem pretende "construir um Brasil novo", há que se dizer que este filme já passou...

2. O Ministro Magri ficou todo enrolado na televisão quando lhe perguntaram sobre os recursos do FGTS com o Plano econômico. Ele não sabia o que dizer e acabou passando a bola para sua colega Zélia que, por sua vez, não disse muita coisa a respeito. A questão do FGTS está sendo resolvida (?) mesmo com os gerentes de banco. Neste caso eles não pensaram...

Atenção Florianópolis

Assembléia Geral (CELESC e ELETROSUL)

Dia 22 (quinta-feira), às 18 horas no Casanova (ex-Rancho Alegre)

Assunto: Plano Econômico do Governo